







U ELREY. Faço saber aos que este Alvará com força de Ley virem, que havendo-seme representado pela Junta da Administração da Companhia geral do Graão Pará, e Maranhão, que em razão de ter esta Companhia a honra de ser por Mim fundada, e de gyrar debaixo da minha immediata Protecção o seu Commercio, se fazia de huma indispensavel neccessidade, que nelle resplandecessem as minhas Paternaes intenções com a providencia, e com a pratica de huma exuberante boa Fé em todos os Pórtos, a que o mesmo Commercio se estende, e em todas as Pessoas, que o manejaõ em nome da dita Companhia; de sorte, que enchendo com o seu zelo, e fidelidade as obrigações de Administradores publicos dos cabedaes da dita Companhia, estabelecida para o serviço de Deos, e Meu, e para o Bem-Commum dos meus Vassallos das referidas Capitanias; fação notoriamente ver em todos os seus procedimentos, que trabalham sem outros fins, que não sejaõ os de tão necessarios, e proveitosos objectos: E procurando em ordem a elle obviar tudo, o que possa ser interesse, e negociação particular dos ditos Administradores dos Pórtos, onde a mesma Companhia faz, ou fizer o seu commercio; e tudo, o que póde ser prevaricação em tão delicados exercicios: Estabeleço, que da publicação deste em diante, os Administradores, Feitores, Caixeiros, ou quaesquer outras Pessoas, que servirem a sobredita Companhia em qualquer dos Pórtos do Ultramar, não possaõ per si, ou por interpostas pessoas, directa, ou indirectamente, por qualquer via, modo, ou maneira, que seja, fazer Commercio algum particular, ou interessar-se com as Pessoas, que o fizerem, em quanto forem Administradores, Feitores, ou Officiaes pagos, ou constituídos para o manejo do Commercio Geral da dita Companhia; para as vendas, e compras das fazendas seccas, ou molhadas, a ella pertencentes; ou ainda para a recadação, e custodia das mesmas fazendas: E tudo debaixo das penas de nullidade dos Contratos, que os ditos Administradores, Feitores, ou Officiaes fizerem, depois de haverem transgredido a observancia desta Ley; não só pelo

pelo que pertencer ás contravenções della ; mas também a todos , e quaesquer outros Contratos , celebrados em seu benefício , os quaes ordeno , que não produzaõ effeito , nem possaõ prestar impedimento em Juizo , nem fóra delle ; de ficarem inhabilitados para Commerciam , e para receberem qualquer honra Civil , ou Militar ; e de pagarem anoviado , ametade a favor de quem os delatar , e outra ametade a benefício dos interessadoss na mesma Companhia , todo o valor das fazendas , e generos , com que houverem traficado ; e de serem irremissivelmente açoutados pelas ruas publicas dos lugares , onde se cõmetterem os delictos : Incorrendo os nelles comprehendidos em todas as sobreditas penas cumullativamente. E porque as perniciosas consequencias , de que seriaõ taõ reprehensiveis crimes contra o credito , e interesses da mesma Companhia , e contra o Bem-Commum do Estado , que faz o seu objecto , requerem de sua natureza toda a mais exacta precaução para não ficarem impunidos os que os commetterem : Ordeno outrossim , que as denuncias delles se possaõ dar , e tomar em inviolavel segredo , que será sempre guardado , como segredo de Justiça ; com tanto , que as contravenções , que forem denunciadas , se justifiquem depois pela corporal apprehensão das fazendas : Sendo Juizes privativos nestes casos os Provedores da Minha Real Fazenda , que forem Ministros de letras , os quaes depois de prepararem os processos , os sentenciarão em Junta , com os tres Ministros de letras , que lhe ficarem mais vizinhos , na presença do Governador do Estado , que terá nestes casos voto de qualidade : Procedendo-se verbalmente , e de plano , guardados sómente na defeza dos Réos os termos substanciaes , que são de Direito natural : E executando-se sem outra appellação , ou aggravo , o que se vencer pela pluralidade dos votos. E este se cumprirá taõ sem duvida alguma , e taõ inteiramente como nelle se contém , sem embargo de quaesquer Leys , Regimentos , Alvarás , Disposições , Ordens , ou estylos contrarios , que Hey por bem derogar para este effeito sómente , ficando aliàs sempre em seu vigor. E para que chegue á noticia de todos , e se não possa allegar ignorancia : Mando , que seja affixado annualmente por Editaes nas portas das Alfandegas ao tempo das chegadas das Frotas ; e que logo  
seja



seja mandado registrar nos livros das Cameras de todas as Vil-  
las dos Territorios das referidas Capitanias.

Pelo que mando ao Presidente da Mesa do Desembargo  
do Paço, Regedor da Casa da Supplicação, Vedores da mi-  
nha Real Fazenda, Presidente do Conselho Ultramarino, Vice-  
Rey, e Capitão General do Estado do Brasil, e a todos os  
Governadores, e Capitaens Móres d'elle; como tambem aos  
Governadores das Relações da Bahia, e Rio de Janeiro, e  
Desembargadores della; e a todos os Provedores, Ouvidores,  
Juizes, Justiças, e mais Pessoas, a quem o conhecimento des-  
te pertencer, o cumpraõ, e guardem, e o façaõ cumprir, e guar-  
dar, como dito he. E ordeno ao Desembargador do Paço Ma-  
noel Gomes de Carvalho, do meu Conselho, e Chanceller mór  
do Reyno, que o faça publicar na Chancellaria, e remetter os  
transumptos d'elle impressos, na fórma do estylo, a todos os  
Tribunaes, e Ministros; registando-se nos livros, onde se cos-  
tumaõ registrar similhantes Leys, e mandando-se o Original pa-  
ra a Torre do Tombo. Dado em Belem, aos vinte e nove de  
Julho de mil setecentos e cincoenta e oito.

R E Y . . .

*Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.*

**A** Lvará com força de Ley, porque V. Magestade ha por bem  
estabelecer, que da publicação d'elle em diante, os Adminis-  
tradores, Feitores, e Caixeiros, ou quaesquer outras Pessoas,  
que servirem a Companhia geral do Graõ Pará, e Maranhãõ em  
qualquer dos Pórtos do Ultramar, não possaõ per si, ou por inter-  
postas Pessoas directa, ou inderecamente fazer commercio algum  
particular, ou interessar-se com as Pessoas, que o fizerem, em  
quanto forem pagos, ou constituidos para o manejo do Commercio  
geral da dita Companhia: Tudo na fórma acima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

Regif.

CB  
P8539

1758

2 1-SIZE

65-1063

brds.

Worms etc

Oct 6

Registado na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, no livro da Companhia do Graõ Pará, e Maranhão, a fol. 116. Belém, a 9 de Julho de 1758.

*Filippe Joseph da Gama.*

*Manoel Gomes de Carvalho.*

Foi publicado este Alvará com força de Ley na Chancellaria mór da Corte, e Reino. Lisboa, 31 de Julho de 1758.

*D. Sebastião Maldonado.*

Registado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no livro das Leys a fol. 109. Lisboa, 31 de Julho de 1758.

*Rodrigo Xavier Alvares de Moura.*

*Joseph Thomás de Sá o fez.*

Foi impresso na Officina de Miguel Rodrigues.



